

A EXPERIÊNCIA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DAS FORTALEZAS DE ANHATOMIRIM, RATONES E PONTA GROSSA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (1979 – 1992)

Pedro Mülbersted Pereira – PPGE UFSC

pedro.mulbersted@gmail.com

Elison Antonio Paim – PPGE UFSC

elison0406@gmail.com

RESUMO: O projeto tem como finalidade analisar o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos anos de 1979 a 1992. O processo de adoção e restauração destes monumentos - tombados como patrimônio histórico nacional desde 1937 - se deu pela parceria entre a UFSC e o IPHAN; investigaremos este processo buscando estabelecer uma relação entre as ações destas duas instituições e as mudanças no campo do patrimônio no Brasil, para, a partir daí, fazer crítica ao uso destes monumentos pela UFSC, enquanto gestora destes bens. Por uso, entendemos não apenas a manutenção física destes espaços, mas também as apropriações simbólicas, quanto ao tipo de conhecimento histórico, memória, identidade, etc. que permite ao público visitante: estudantes de diferentes níveis de escolarização, população local, turistas. Como fundamentação teórico-metodológica tomamos a categoria experiência de E. P. Thompson na interface com a categoria memória de Walter Benjamin.

Palavras-chave: Experiência de patrimonialização, Educação Patrimonial, Fortalezas

Introdução

Em 1738, o brigadeiro José da Silva Paes, engenheiro militar, primeiro governador da capitania de Santa Catarina, projetou as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul de Araçatuba. As fortalezas foram construídas entre 1739 e 1742, dando início à formação do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, que, posteriormente, fora acrescido de outras fortificações: os fortes de Santana do Estreito (1761), São Francisco Xavier da Praia de Fora (1761), São Luiz da Praia de Fora (1771), Santa Bárbara da Praia da Vila (antes de 1774), Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1775) e São João do Estreito (1793); a bateria de São Caetano da

Ponta Grossa (1765), entre outras. Ao todo, este sistema chegou a contar com quase 30 fortificações de diferentes classificações: fortalezas, fortes, fortins, baterias, trincheiras. Entretanto, apenas cinco destas ainda estão de pé, e duas ainda arruinadas, nos dias de hoje.

As fortificações que resistiram ao período de abandono e ruínas, desde o início do século XIX até o século XX, foram tombadas como patrimônio histórico em 1938 pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: as fortalezas de Anhatomirim, Ratones, Ponta Grossa, e o Forte Santana; posteriormente, foram também tombadas as ruínas da Fortaleza de Araçatuba, em 1980, e o forte Santa Bárbara, em 1984. No entanto, o tombamento em si em nada alterou o estado daqueles monumentos, que permaneceriam arruinados e completamente abandonados até a década de 1970. Em 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a guarda e manutenção da Fortaleza de Anhatomirim; depois de restaurada, em uma ação conjunta com o Iphan³⁵⁵ e outras entidades públicas e privadas, a fortaleza foi aberta a visitação em 1984. Posteriormente, no início da década de 1990, o mesmo se deu com as fortalezas de Ratones e Ponta Grossa. Hoje a UFSC é a entidade mantenedora e tutora destas três fortalezas.

As fortalezas catarinenses

O processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses perpassa diferentes configurações do campo do patrimônio no Brasil, e é exemplar para discutir questões referentes ao campo do patrimônio, memória, e ensino de História – que tem seu ponto de encontro no que chamamos de Educação Patrimonial.

O conceito de patrimônio vem sendo discutido por uma série de autores, e tem se ampliado, ao longo do tempo. No Brasil, o campo do patrimônio começa a se desenvolver a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937; a partir daí, a trajetória

355 Ao longo da sua existência, a instituição foi assumindo diferentes nomes, dos quais hoje se consolidou como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

deste órgão tem sido marcada por várias mudanças em suas práticas discursivas, trabalhando com diferentes perspectivas ao longo da sua existência, caracterizando-se como “espaço de disputas e conflitos, que não são apenas simbólicos, mas também políticos” (DELGADO, 2008, p. 113).

Delgado (2008) lista quatro fases, ou quatro configurações do patrimônio no Brasil: a primeira fase, de 1937 – 1968, chamada “fase heroica”, cuja ênfase recaía sobre monumentos isolados de relevância à “história da nação” – ou, nas palavras de Delgado: “O conjunto dos bens tombados pelo SPHAN constrói uma narrativa memorial ‘de pedra e cal’ de determinada história do Brasil consagrada como a História nacional, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”. (DELGADO, 2008, p. 104). Foi neste contexto, em 1938, que as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos, Ponta Grossa e o forte Santana do Estreito foram tombadas como patrimônio nacional.

Na segunda configuração (1969 – 1979), a instituição passa a se denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; além da mudança de nome, há uma mudança na prática discursiva da instituição, que passa a considerar conjuntos urbanos, cidades históricas, e a revitalização destas. Com isso, o Iphan “intervém para manter, restaurar, revitalizar e gerar a área urbana protegida” (DELGADO, 2008, p. 105), procurando “conciliar a preservação dos valores tradicionais” com “o rápido desenvolvimento urbanístico e viário do país, sua crescente industrialização e, sobretudo, a valorização imobiliária daí decorrente” (MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 19). Conforme Tonera:

No início da década de 1970, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) deu o primeiro passo para a redescoberta das fortificações catarinenses, restaurando o Forte de Santana e iniciando as obras na Fortaleza de Anhatomirim. A história da recuperação das fortalezas alterou-se radicalmente a partir de 1979, quando a Universidade Federal de Santa Catarina assumiu a guarda e manutenção de Anhatomirim. A fortaleza foi aberta à visitação pública em 1984, após a restauração de grande parte de seus edifícios, numa ação conjunta com o IPHAN e a parceria de outras entidades públicas e privadas. No início da década de 1990, com patrocínio da Fundação Banco do Brasil, esta recuperação foi concluída, além de serem totalmente restauradas as fortalezas de Ratonos e Ponta Grossa, também adotadas desde então pela Universidade, numa iniciativa pioneira e singular no Brasil. (TONERA, 2005, p. 5).

Também o turismo cultural passa a figurar como categoria no campo discursivo do patrimônio, passando a ser incentivado como forma de impulsionar o desenvolvimento das cidades - ação que estava alinhada com a política econômica vigente naquele contexto. (DELGADO, 2008, p. 106-107). Assim, podemos formular hipóteses para as motivações políticas e econômicas que levaram à restauração das fortalezas catarinenses, neste contexto.

A partir de 1979, temos a “incorporação do conceito mais amplo de 'patrimônio cultural' no campo discursivo do Iphan, que se propõe a inventariar, proteger e estimular as práticas culturais e os conhecimentos populares.” (DELGADO, 2008, p. 109); a instituição passa a valorizar a diversidade cultural “em detrimento do conceito homogeneizador e excludente de identidade nacional”, incluindo no rol de bens tombados outros que representam a “identidade, a ação e a memória dos ‘diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’” (Ibidem, p. 110); também a Constituição de 1988 traz no seu texto esta concepção de patrimônio cultural. E, desde 2003, vigora uma nova configuração que contempla o patrimônio imaterial ou intangível, passando a incluir saberes, celebrações, formas de expressão, etc. (Ibidem, p. 112).

Estas diferentes fases, ou configurações do patrimônio coexistem, hoje, na instituição; uma não anula a outra, antes, amplia-se o leque de bens a serem patrimonializados. Isto reforça a ideia do patrimônio como uma construção, e não algo natural, como se um bem, por si só, evocasse significados, sem um arcabouço de ideias que lhe investem de valores simbólicos. Com isso, podemos analisar o processo histórico pelo qual um bem passa a ser considerado patrimônio, ou, ainda, a sua trajetória como patrimônio cultural. É nesta perspectiva que analisamos o caso das fortalezas catarinenses, neste projeto de pesquisa em andamento.

O patrimônio entre a memória do poder e o poder da memória

Estas duas primeiras configurações do patrimônio nos lembram das considerações de Pierre Nora acerca da problemática dos lugares. Este investimento de valores simbólicos, através do tombamento de bens isolados, conjuntos urbanos ou cidades históricas, fazendo destes lugares onde “a memória se cristaliza e se refugia”, na tentativa de criar uma “memória histórica”, uma “História da nação” (NORA, 1993, p.8). Neste sentido, Walter Benjamin nos lembra que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, a medida que os bens culturais valorizados como tais são os bens dos “vencedores”, são os “despojos” carregados no “cortejo triunfal” dos dominadores, na perspectiva da “história dos vencedores”. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Entendemos que nosso projeto de pesquisa adota a tarefa que Benjamin nos coloca de “escovar a história a contrapelo” a medida que procura desvendar o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses como monumentos históricos, não apenas quanto ao seu tombamento, mas, também, as escolhas políticas quanto às restaurações, nos anos 1980 e 1990, bem como sua adoção pela universidade citada. A partir das questões que Nora nos coloca, somos levados a nos questionar que tipo de memória histórica se quer evocar com as fortalezas catarinenses. Neste sentido, somos lembrados por Chagas que “onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória” (CHAGAS, 2002, p. 69), de modo que “os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória” (Ibidem, p. 62). Assim, entendemos que as fortalezas, como patrimônio histórico, também podem ser tomadas como “espaços celebrativos da memória do poder”, assim como podemos “trabalhar com o poder da memória” - e é por esta última perspectiva que nos guiamos nesta pesquisa.

Os usos do patrimônio

É inegável a relação entre patrimônio e o ensino de História; porém, não é óbvia. Queremos dizer com isso que esta não é uma relação dada, pronta e acabada, mas uma relação que se configura de diferentes maneiras

entre dois campos em permanente transformação. Pinheiro nos lembra de que “o olhar de *Clio* mudou o voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas” (PINHEIRO, 2010, p. 143). Hoje a historiografia não adota mais a perspectiva da “História da nação”, caracterizada pela ênfase aos fatos políticos e militares, nos grandes nomes, datas, etc.; ou seja: uma história que é “vista de cima, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos grandes homens” (WOLFF, 2009). Á esta corrente historiográfica – representada no Brasil sobremaneira pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – relacionamos os conceitos de “memória histórica” e “lugares de memória” de Pierre Nora. Desta maneira, somos levados a pensar a relação entre o tipo de história que se ensina e a memória queremos evocar, a partir das apropriações simbólicas do patrimônio. Entendemos que as mudanças na historiografia e no ensino de história têm como consequência uma mudança na forma de abordar o patrimônio. Estas abordagens são relações construídas; o monumento não nos dirá nada por conta própria, de modo que o que o monumento vai nos dizer dependerá da forma (metodologia) e da linguagem (perspectiva historiográfica) que mobilizarmos ao abordá-lo. Assim, reconhecemos que há uma multiplicidade de formas de apropriações e usos do patrimônio, enquanto bens culturais.

Neste ponto, vale trazer as considerações de Giorgio Agamben, que, em entrevista de 2012, tratando da relação entre identidade e preservação patrimonial na Itália, observou criticamente que “ao destruírem, com o cimento, com as autopistas e a Alta Velocidade, a paisagem italiana, os especuladores não nos privam apenas de um bem, mas destroem a nossa própria identidade. A própria expressão 'bens culturais' é enganadora, pois sugere que se trata de bens entre outros bens, que podem ser desfrutados economicamente e talvez vendidos, como se fosse possível liquidar e por à venda a própria identidade”.³⁵⁶ É o que Žižek chama de “novo cercamento

356 DEUS NÃO MORREU. ELE TORNOU-SE DINHEIRO: Entrevista com Giorgio Agamben. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: set. 2012.

das áreas comuns”: não se trata apenas da apropriação dos espaços públicos para fins privados, mas da apropriação de bens públicos – identidade, cultura, memória, tradição, etc. – por determinados setores visando apenas a sua exploração econômica. (ŽIŽEK, 2011, p. 83). Compartilhamos desta preocupação, entendendo que existem usos do patrimônio que ameaçam a própria existência destes como tal, não apenas quanto à sua integridade física, mas sobretudo, ao seu potencial simbólico, imaterial – seus sentidos. Novamente, somos lembrados por Chagas:

Não basta preservar contra a ação do tempo é preciso também garantir a prerrogativa do interesse público sobre o privado, mesmo reconhecendo que sob essa designação (interesse público) ocultam-se diversos grupos de interesse, interesses diferentes e até mesmo conflitantes (CHAGAS, 2007, p. 213).

Como também nos chama atenção Freitag, é “necessário descobrir as diferenças e os conflitos latentes entre esses grupos”, isto é, entre os “vários tipos de moradores que compõem a população da cidade”, para “salvar a cidade e o seu patrimônio” (FREITAG, 2003, p. 125). É neste sentido que nos dedicamos a refletir sobre os usos das fortalezas catarinenses como bens culturais mantidos e tutelados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pensar em usos, apropriações e abordagens do patrimônio implica em pensar na forma de fazê-lo. Portanto, se queremos que o patrimônio cultural seja valorizado como tal, é preciso que os sujeitos sejam conscientizados da sua importância; é preciso criar mecanismos que permitam que os sujeitos se apropriem do patrimônio, construam conhecimento a partir do contato com o patrimônio e possam perceber seus significados, atribuir-lhes valor. Neste sentido, é pensar no ensino de História além do ambiente escolar: “é necessário abrir os ambientes de aprendizagem histórica a outros espaços, levando os alunos a refletir sobre o seu cotidiano, o que pode ajudá-los a entender como no passado esse cotidiano interferiu na vida de outras pessoas” (ABUD, SILVA, ALVES, 2010, p. 150).

A confluência entre patrimônio, ensino de história e historiografia se dá no que chamamos de Educação Patrimonial. Grunberg (2007) define Educação Patrimonial como “o processo permanente e sistemático de

trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações”, entendendo aqui Patrimônio Cultural como “todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores”. (GRUNBERG, 2007, p. 5). Entretanto, Patrimônio Cultural não se restringe apenas àqueles “bens que se herdaram dos nossos antepassados”, como também:

[...] os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc. (GRUNBERG, 2007, p. 5)

Estas considerações, permeadas pelas noções de patrimônio que tem se ampliado, nos levam a refletir sobre a importância da Educação Patrimonial na educação, para que os sujeitos possam entender que “a história também se faz fora da sala de aula e que o passado se faz presente nas praças, nos monumentos, nas festas cívicas, nos nomes de ruas e colégios” (ABUD, SILVA, ALVES, 2010, p. 150).

Neste ponto, o conceito de experiência de E.P. Thompson (1981, p. 47 - 61) pode nos ajudar a entender os sujeitos – sejam estes estudantes, professores, turistas, etc. – com relação aos saberes históricos mobilizados neste sentido por eles conferido às fortalezas catarinenses enquanto bens culturais.

Considerações parciais

A pesquisa ainda se encontra em sua fase inicial, o que limita nossas elucubrações às questões e hipóteses previstas no projeto. A bibliografia levantada nos dá indícios para pensar a parceria entre a UFSC e o Iphan na restauração das fortalezas de Anhatomirim (1979), Ratonés e Ponta Grossa (1991) relacionada com as configurações no campo do patrimônio no Brasil; os conceitos de memória e monumento de Benjamin, de lugares de memória

de Nora, e de experiência de Thompson nos norteiam neste processo, nos apontam caminhos e perspectivas - porém, para compreender o processo de adoção pela UFSC será necessária uma análise das fontes – documentos desta instituição, bem como do Iphan. Longe de intentar exaltar estas instituições, ou seja, ressaltar seus méritos nesta iniciativa pioneira no Brasil como “heroísmo”, queremos analisar criticamente este processo de patrimonialização, entendendo que o campo do patrimônio é também um campo de disputas políticas.

Seja como pesquisadores ou como educadores, não podemos nos fechar entre os muros da universidade; por isso estamos de acordo com Pinheiro (2010) ao pensar que o ensino de História pode ser um “instrumento valioso na promoção de ações educativas, que envolvam a rede escolar e organizações locais: as famílias, as empresas e autoridades responsáveis” (PINHEIRO, 2010, p. 141), promovendo ações que “podem vir a minimizar a massificação e a homogeneização de comunidades marcadas pela invasão midiática e por um turismo histórico-cultural não planejado”. Por isso, chamamos a atenção para o compromisso social do educador, pontuando que “é preciso termos mestres capazes de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos que suscitem nos alunos competências e habilidades que possibilitem serem leitores competentes do mundo em que vivem” (Ibidem, p. 142).

Neste sentido, analisar o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses e a gestão da UFSC como mantenedora deste patrimônio significa, também, refletir sobre a responsabilidade da própria universidade para com a sociedade.

Referências

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 43 - 81, 2002.

CHAGAS, Mario. Museu, literatura e emoção de lidar. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 5 - 41, 2002.

FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euderet al (Orgs.). **Patrimônio Cultural & Educação Patrimonial**. Goiânia: Secretaria de Educação, 2008.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPAHN, 2007. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3837>>. Acesso em: out. 2013.

MEC-SPHAN/Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, 1980.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. **Seminário Regional de Cidades Fortificadas**, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 2. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beoldg>>. Acesso em: nov. 2012

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p.52-61, 2009. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428/148>>. Acesso em: jan. 2014

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

O GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ: NO RASTRO DAS IMAGENS DE PROFESSORES

NOS PERIÓDICOS BRAGANTINOS NO DIÁLOGO COM UM PROCESSO

CRIME (1890 A 1920)

Sandra Aparecida de Souza (Universidade São Francisco)
sandraa.souza@usf.edu.br

Maria de Fátima Guimarães (Universidade São Francisco)
fatima.guimaraes@usf.edu.br

RESUMO: Esta pesquisa em fase inicial tem como um de seus objetivos focalizar de que maneira professores do primeiro Grupo Escolar de Bragança, posteriormente denominado Dr. Jorge Tibiriçá, foram apresentados pelos periódicos locais para o público leitor, entre 1890-1920, no cotejo e diálogo com um processo crime de 1911, cuja origem foi uma queixa efetuada contra o professor francês e anarquista Josef Jubert, em decorrência da distribuição de um boletim da Liga Operária local que denunciava as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas da região. Tal objetivo será analisado à luz de questões mais amplas da história da educação brasileira. O referencial teórico desta pesquisa assenta-se nas contribuições teóricas de E. P. Thompson, sobretudo nas reflexões e discussões sobre as categorias de cultura e experiência.

Palavras chave: grupo escolar – história da educação republicana – processo crime

Esta pesquisa em fase inicial tem como um de seus objetivos focalizar de que maneira professores do primeiro Grupo Escolar de Bragança, denominado Dr. Jorge Tibiriçá, foram apresentados por entre as páginas dos periódicos locais, no período de 1890 a 1920, no cotejo e diálogo com um processo crime de 1911, cuja origem foi uma queixa policial contra o professor francês e anarquista Josef Jubert, efetuada em decorrência da distribuição de um boletim que denunciava as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de cafeicultores da região bragantina.

Trata-se de uma pesquisa histórica e o seu referencial teórico assenta-se nas contribuições teóricas de E. P. Thompson, sobretudo nas reflexões e discussões sobre as categorias de cultura e experiência. A pertinência desta